

MÍDIA E FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA ABORDAGEM DE NOTÍCIAS SOBRE FEMINICÍDIO NA MÍDIA BRASILEIRA

Yasmin Jacqueminout Matias Cardoso (UEA)

Profa. Dra. Claudiana Nair Pothin Narzetti Costa (Orientadora)

RESUMO: As taxas de feminicídio crescem mais a cada ano no Brasil. O presente artigo tem por objetivo analisar como a mídia vem abordando esses crimes, visto que é quem faz o papel de informar a sociedade acerca dos crimes e, portanto, detém certo poder sobre como a população recebe essas notícias e como pensa sobre elas dependendo de como forem retratadas. Para tanto, a pesquisa tem como corpus um conjunto de notícias coletadas dos principais portais de notícias *on-line* Brasil. Os enunciados coletados são analisados à luz dos conceitos da Análise do discurso francesa elaborados por Michel Pêcheux.

Palavras-chave: Análise do discurso francesa; feminicídio; mídia.

Introdução

Atualmente os crimes de ódio contra mulheres vêm crescendo de forma absurda. Segundo afirma estudo divulgado pelo jornal O Globo “Em apenas três semanas, mais de cem feminicídios ou tentativas do crime são registrados no país” (CAPETTI; GRANDELLE, 2019). Entretanto, isso não significa que a violência contra a mulher é novidade, visto que a Organização Mundial da Saúde (OMS) já aponta o Brasil como o quinto maior em taxas de feminicídio desde 2015, conforme atesta matéria da revista Exame de 27 de agosto de 2017.

Esta pesquisa surgiu de uma preocupação sobre como a mídia vem retratando essas notícias, considerando o forte poder, em tese, que a mídia possui sobre a sociedade. Sendo o feminicídio um crime de violência contra a mulher, houve a preocupação de que as notícias reproduzissem ideias machistas e misóginas tão presentes ainda hoje. A pesquisa, então, pretende responder se isso procede. É preciso, no entanto, informar que esta análise é preliminar, isto é, apenas apresenta um diagnóstico inicial sobre essa problemática. A análise incide sobre o título, o *lead* e o corpo das notícias, mas a ênfase recai no título, uma vez que muitos leitores limitam sua leitura a essa parte, principalmente em casos em que as notícias são compartilhadas em redes sociais, fato muito comum atualmente.

O *corpus* foi delimitado em notícias sobre feminicídios ocorridos no Brasil entre o período de 2016 a 2019, visando trabalhar com fatos recentes da realidade do país. A

O presente trabalho foi apresentado à banca constituída por Orientador (a): Claudiana Nair Pothin Narzetti Costa, Avaliador 1: Renata Nobre Tomás, Avaliador 2: Karen Dominique Rodrigues Araújo, reunida nas dependências da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas, no dia 19 de dezembro de 2019, às 9h.

preferência por mídia digital se deu pelo fato de ser, em alguns casos, mais acessível e, ainda, porque esta vem crescendo bastante juntamente com as redes sociais. A partir desse *corpus*, analisaremos os títulos comparando com os *leads* e com o corpo, verificaremos os discursos sobre feminicídio presentes nos corpos das notícias e, por fim, apuraremos como as notícias são caracterizadas observando se há sensacionalismo.

O artigo foi dividido em duas seções. A primeira aborda o referencial teórico com quatro subdivisões: primeiramente há uma breve explanação sobre o feminicídio destacando o termo e sua criação; em seguida é feita uma exposição sobre alguns conceitos do campo da comunicação social e do jornalismo, destacando-se o gênero notícias; a terceira parte desta seção explana um pouco acerca dos conceitos da Análise do discurso; por fim, trata-se de alguns recursos sintáticos da língua relacionados a formas de apresentação de raciocínios e a estratégias de argumentação, para embasamento a ser utilizado na análise da materialidade linguística do *corpus*. A segunda seção se constitui das análises propriamente ditas.

1. Referencial teórico

1.1 Violência contra a mulher e feminicídio

O termo feminicídio ou femicídio é atribuído a escritora feminista Diana E. H. Russell, pois a conceituação utilizada em seu livro *Femicide: The Politics Of Woman Killing*, em parceria com Jill Radford, é a mais aceita atualmente. Radford e Russell (1976) definem feminicídio como o assassinato de mulheres por homens motivados pelo ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade (apud MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p. 3079). Ou seja, o vulgarmente simplificado a “assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres”. No Brasil, o crime feminicídio é reconhecido e punido através da lei nº 13.104 de 2015, a qual define o crime como sendo uma violência “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” e, ainda, “considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.”

De acordo com Meneghel e Portella (2017), Radford e Russell baseiam-se nas relações de desigualdade entre os gêneros para justificar a diferenciação do crime para o homicídio. Sendo assim, os feminicídios são causados pela continuidade de uma sociedade patriarcal que valida o uso de violência para não perder essa dominação sobre as mulheres. É por isso que muitas vítimas de abusos se negam a assumir o problema, o que geralmente acaba se tornando um feminicídio. Segundo as autoras, essa negação também é consequência de uma repressão ou negação gerada pela experiência traumática do terrorismo sexista. Justamente pela relação

de poder que o homem possui historicamente sobre a mulher é mais comum que a violência transcorra do homem para mulher. Contudo,

Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença. (SAFFIOTI, 2001, p. 116)

Ou seja, a relação entre a violência entre cônjuges é diferente em face da dominação masculina. Saffioti (1991), em outra obra intitulada *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*, diz que a violência de gênero pode ocorrer entre um homem contra outro ou entre uma mulher contra outra. Entretanto, “o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher” (SAFFIOTI, 1991, p. 83). Assim sendo, é possível perceber a necessidade da criação dos termos feminicídio e femicídio, bem como a discussão acerca desse tipo de crime que diverge bastante do homicídio. A partir de Bourdieu (2003) é possível compreender mais sobre a dominação masculina:

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte. (p. 45)

Isto é, a sociedade dá todas as possibilidades para que essa dominação masculina venha se perpetuando por todos esses milhares de anos. Ainda segundo Bourdieu (2003), a relação entre dominante e dominado, neste caso, é tão bem construída que é vista como natural pelo dominado – a mulher – o que nos leva novamente a ideia de que este é um dos motivos para que as mulheres que sofrem violência doméstica não consigam denunciar.

1.2 Comunicação social, jornalismo e o gênero notícia

O *corpus* deste trabalho se constitui de notícias. Portanto faz-se necessário abordar, ainda que sucintamente, algumas características desse gênero. Segundo o *Manual de Jornalismo*, elaborado na Universidade da Beira Interior as notícias são compostas de: título que deve “informar, cativar, prender o leitor, despertando a sua atenção e curiosidade” (GRADIM, 2000); subtítulo ou linha fina, que tem por objetivo esclarecer o título; localização onde consta local, data, hora e autor da notícia (este nem sempre aparece); o *lead* que “[...]deve fornecer a maior parte das respostas às seis perguntas básicas: o que, quem, quando, onde, como e por quê” (FILHO, 1997, p. 17); e, por fim, o corpo do texto que é a notícia em si, onde devem constar todas as informações acerca do fato, inclusive depoimentos de autoridades ou testemunhas, bem as como fontes.

Conforme já citado, o Brasil é um dos países que mais comete crimes de ódio contra a mulher, isto aliado a brutalidade com a qual eles vêm acontecendo, leva a mídia brasileira a incluir as notícias sobre feminicídio em destaque nos jornais. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros diz que “A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo” (FENAJ, 2007). Isto nos leva a refletir se essas regras estão sendo cumpridas quando o assunto é feminicídio, e é exatamente nisto que se pauta esta pesquisa.

A hipótese do *agenda-setting* formulada por McCombs e Shaw (1993), e citada por Colling (2001), trata do efeito que as pautas escolhidas para obterem mais destaque na mídia provoca na sociedade. A escolha da mídia por dar destaque a uma pauta acaba por tornar outra menos interessante ao público. Isto porque se o jornal dá destaque a uma pauta A, uma possível pauta B será considerada menos relevante e com isso, será menos falada pelo público que a lê. É uma relação de manipulação que nem sempre é percebida pelos leitores.

Agenda-setting é considerada mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias igualmente nos dizem como pensar acerca disso. A seleção de objetos para a atenção e a seleção dos enquadres pensados acerca destes objetos são o ponto forte do papel do *agenda-setting*. (MCCOMBS, 1993, p. 62 apud COLLING, 2001, p. 94).

Deste modo, a influência da mídia vai além do que os leitores vão falar e chega a como eles vão pensar a respeito. Então, somos levados a pensar que: a. notícias de feminicídio são uma agenda do jornalismo brasileiro; portanto, é assunto que será debatido em nossa sociedade; b. o modo como estas são apresentadas pela mídia também influencia no modo como a população encara esse tipo de crime.

Por outro lado, isso vai contra o que o chamado “bom jornalismo” prega, neste caso, o princípio de imparcialidade. No *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo* – versão impressa do jornal *on-line* Estadão –, é citado que os textos jornalísticos devem ser imparciais e objetivos e, ainda, é recomendado aos autores dos textos que “não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (FILHO, 1997, p. 17).

A respeito do que se considera como o bom jornalismo, é importante citar que o sensacionalismo deve ser evitado. Então, surge a necessidade de explanar acerca do termo sensacionalismo visto que, apesar de bem popular, não é usado corretamente. Isto é, as pessoas não entendem realmente o que esse termo significa, e qualquer crítica que se queira fazer sobre uma notícia, usa-se a palavra sensacionalista e o termo fica cada vez mais vago. Isso se deve ao fato de que há uma certa imprecisão sobre a definição do que realmente é o sensacionalismo. Angrimani busca reunir as convergências para, então, definir:

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexistente a relação com qualquer fato e a “notícia” é elaborada como mero exercício ficcional. O termo “sensacionalista” é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado. Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível. (ANGRIMANI, 1995, p. 16)

Frequentemente aborda-se o sensacionalismo nas manchetes de notícias e reportagens, uma vez que estas devem chamar a atenção do leitor. A análise aqui realizada investiga a ocorrência de sensacionalismo nos títulos das notícias, bem como no *lead* e no corpo do texto.

1.3 Análise do discurso

A Análise do discurso (doravante AD) é um campo da linguística destinado a estudar o discurso como produto da ideologia e do inconsciente. Além da linguística, a Análise do discurso dispõe do apoio científico da psicanálise e do materialismo histórico.

A AD entende ideologia como “uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.” (ALTHUSSER, 1987, p. 126). Apesar disso, o autor afirma também que a ideologia não é um mero conjunto de ideias que só existe na cabeça do sujeito, mas tem existência material-concreta que pode ser vista através de gestos ou rituais, por exemplo. O filósofo, então, formula a tese de que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1987, p.131), ou seja, não existe ideologia sem que haja um sujeito real e não existe sujeito real sem a ideologia. Althusser (1987) ainda afirma, em acordo com as ideias marxistas, que a ideologia é guiada pelas tendências de classes, é inconsciente ao sujeito e funciona como um guia sobre como o sujeito deve agir.

O discurso, para a AD francesa, é produto da ideologia e não do sujeito. Desse modo, o discurso é uma das formas de materialização da ideologia. Como o discurso é sempre construído em uma língua, é um encontro entre a ideologia e a linguagem. Ao tratar do discurso, a AD enfoca os sentidos que ali são atualizados.

A AD preocupa-se com os efeitos de sentido de forma diferente da semântica e da pragmática porque entende que, a partir de cada contexto social, histórico etc., um mesmo enunciado é compreendido/aceito de forma diferente. Não obstante, de acordo com Mussalim (2001), a AD reconhece o caráter formal da língua, mas vai além disso, pretende estabelecer relação “entre um discurso e as condições sociais e históricas que permitiram que ele fosse produzido e gerasse determinados efeitos de sentido e não outros” (MUSSALIM, 2001, p. 112).

A AD elabora um outro conceito para explicar melhor como o sentido se constitui e como os discursos se produzem-reproduzem – o conceito de formação discursiva. Narzetti (2019) explica, consoante Michel Pêcheux, que o conceito de formação discursiva (doravante FD) fora modificado algumas vezes. Inicialmente, Pêcheux utiliza-se das ideias de Althusser para enunciar FD como o que pode ou deve ser dito e como um componente da formação ideológica (doravante FI). Isto quer dizer que uma FI é formada por várias FDs. Em seguida, Haroche, Henry e Pêcheux (2007) definem as FDs como lugar de constituição efeitos de sentido, posto que as palavras e expressões têm sentidos diferentes dependendo da FD em que é empregada. Então, as FDs são formadas a partir de processos de paráfrases, isto é, substituição de palavras ou frases para gerar diferentes efeitos de sentido (PÊCHEUX, 1988).

1.4 A materialidade linguística: estratégias de argumentação / formas de raciocínio

Se o discurso é a materialização da ideologia e objeto de estudo da AD, precisamos estudá-lo para encontrar essas marcas de ideologia e afins. A materialidade linguística é o ponto de partida para a análise. No presente trabalho, a fim de descrever-interpretar os títulos e contrasta-los com o *lead* e o corpo das notícias, abordamos alguns recursos sintáticos da língua relacionados a formas de apresentação de raciocínios e a estratégias de argumentação, apoiados em Koch (1984) e em Garcia (2001).

1.4.1 Pressuposição e subentendido

Koch (1984), apoiada nas ideias de Ducrot, ao desenvolver sobre as marcas de argumentação, trata da questão do pressuposto e subentendido, que não mais são encarados como opostos:

A pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados; o subentendido, por sua vez, diz respeito à maneira como este sentido deve ser decifrado pelo destinatário. Entendendo-se o sentido como a maneira pela qual o enunciador apresenta o seu ato de enunciação, a imagem que deseja impor ao destinatário pela sua tomada de palavra, a pressuposição deve ser considerada um elemento do sentido. (KOCH, 1984, p. 69)

Segundo Koch (1984), quando o enunciador pressupõe algo, pretende obrigar o destinatário a admitir o que se pressupôs. Por outro lado, o subentendido corresponde ao processo de entendimento do que foi dito, do que se pretendia dizer. Ambos deixam em aberto para que o locutor possa voltar atrás do que deixou pressuposto ou subentendido.

1.4.2 Orações coordenadas aditivas e conjunção aditiva “e”

As orações coordenadas aditivas são sentenças independentes sintaticamente e articuladas por meio de uma conjunção aditiva (e, nem). Do ponto de vista semântico, expressam soma de ideias ou fatos.

No entanto, segundo Bechara (2009, p. 269), “graças ao significado dos lexemas envolvidos na adição, o grupo das orações coordenadas permite-nos extrair um conteúdo suplementar de “causa”, “consequência”, “oposição”, etc.”. O autor afirma, porém, que estes outros sentidos não afetam a relação aditiva das orações.

Ao discorrer sobre as conjunções coordenativas, Garcia (2001) dá ênfase ao fato de que as conjunções aditivas “e” e “nem” possuem como principal função “juntar ou aproximar palavras ou orações da mesma natureza e função” (GARCIA, 2001, p. 42-43). Mas não limita o sentido à adição: o autor utiliza uma longa nota de rodapé para tratar da partícula “e”, ele explica que em alguns contextos essa conjunção pode dar ideias de distinção, discriminação, oposição ou contraste, inclusão, simultaneidade etc.

Koch também apresenta os diferentes sentidos da conjunção “e”, segundo a autora “trata-se, muitas vezes, de uma prosseguência temporal” (1984, p. 115) e usa como exemplo a frase: “Levantou-se e saiu”; mas, pode apresentar uma ideia de confronto: “Maria gosta de livros e Paulo, de brinquedos”; ou valor adversativo como em “Prometeu vir e não veio”; ou ainda, pode introduzir uma consequência: “Caiu da janela e morreu”.

1.4.3 Causa e consequência; contraste/oposição

Algumas construções sintáticas indicam diferentes “formas de raciocínio”, isto é, formas de expressar os fatos e relações entre os fatos. Dentre elas, faz-se pertinente abordar no presente trabalho: causa e consequência e contraste/oposição.

Segundo Garcia (2001), o processo mais comum de expressar causa é através do uso de adjuntos ou orações adverbiais, mas existem diversas outras formas de expressá-la, como por meio de um adjunto adverbial introduzido por preposição, orações reduzidas de gerúndio, orações reduzidas de particípio passado, orações reduzidas de infinitivo introduzidas pela preposição “por”, com adjunto adverbial anteposto à oração principal, dentre outros.

O autor entende a consequência como o fato que foi determinado por uma causa, então, seria um objetivo ou um fim que ocorreu por causa de outro fato determinante. Geralmente aparece em orações consecutivas, iniciadas pela conjunção “que”, subordinada a uma oração principal que frequentemente possui partículas de intensidade. Entretanto, a consequência pode aparecer na oração principal e a causa na subordinada.

Já em relação ao contraste ou oposição, Garcia (2001) afirma que, além das orações coordenadas adversativas e as subordinadas concessivas, existem outras formas de indicar oposição. Para demonstrar isso, utiliza verbos que não possuem ideia de oposição, tais como “esforçar-se” e “conseguir”, mas que se empregados como orações adversativas, concessivas, coordenada aditiva, concessiva intensiva, reduzida de gerúndio concessiva, etc., podem indicar oposição.

2. Análises

O *corpus* deste trabalho é composto de vinte notícias coletadas de portais de notícias *on-line* de grande circulação nacional e de credibilidade: G1, R7, Estadão e O Globo. As notícias foram publicadas no período de 2016 a 2019, e coletadas durante o ano de 2019.

O G1, portal de notícias do Grupo Globo, foi o portal com maior número de notícias coletadas (nove). O R7, portal de notícias da Rede Record, foi o segundo com maior número de notícias (oito). O Globo teve somente duas notícias coletadas. E, por fim, o Estadão, versão digital do jornal O Estado de São Paulo, teve somente uma selecionada. A seguir a tabela com os títulos para melhor visualização:

Nº	Título	Data	Jornal
1	Mulher desiludida faz greve de sexo e marido perde a cabeça	24/03/16	R7
2	Mulher é morta e marido morre atropelado por caminhão na Grande Florianópolis	27/11/18	G1
3	Homem põe fogo em casa, mata esposa e filha de 1 ano em Assis	22/01/17	Estadão
4	Jovem morre estrangulada após término de relacionamento em Ramos	21/07/16	O Globo
5	Mulher é morta asfixiada após olhar celular do namorado, diz delegado na PB	30/06/18	G1
6	Mulher é morta a tiros por marido em motel, na PB, e suspeito se mata em seguida, diz polícia	16/04/19	G1
7	Mulher é encontrada morta, com sinais de asfixia e hematomas pelo corpo, no apartamento do namorado, em Goiânia	16/02/18	G1
8	Jovem é morta a tiros na frente dos filhos na zona norte do Rio	02/11/18	R7
9	RJ: 2 mulheres são vítimas de feminicídio em menos de 24 horas	29/10/18	R7

10	Mulher é morta asfixiada em casa e suspeito foge após tentar enforcar a filha dela de 14 anos	11/06/19	G1
11	Idoso mata esposa de 56 anos a facadas em MS por não aceitar separação, diz polícia	03/04/19	G1
12	Após assassinar ex-namorada, homem mata outras três pessoas em igreja em Paracatu (MG)	21/05/19	O Globo
13	Suspeito de matar namorada com 25 facadas em Sorocaba continua foragido dois meses após o crime	31/05/19	G1
14	Mulher é morta por marido durante visita íntima em Jundiaí (SP)	28/01/19	R7
15	Mulher nega pedido de namoro e é morta a golpes de estilete por homem na Bahia	08/04/19	G1
16	Perícia constata cerca de 15 perfurações em corpo de mulher encontrada morta dentro de apartamento em Bom Despacho	06/03/19	G1
17	Homem é preso após namorada ser encontrada morta em motel no Rio	26/12/18	R7
18	Homem é preso após corpo de ex-namorada ser achado em carro	08/03/19	R7
19	Enfermeira morta a facadas teria revelado autor do crime antes de morrer	09/10/18	R7
20	Suspeito é preso no Rio após matar namorada na frente da avó	22/11/18	R7

O primeiro momento da análise incidiu sobre o problema da culpabilização das vítimas nas notícias. Para investigar se isso acontecia, foram analisados os títulos das notícias. Reunimos os títulos em subconjuntos a partir de algumas semelhanças estruturais para, então, concluir sobre a questão.

O primeiro subconjunto compõe-se dos títulos das notícias 3, 11 e 12. Estes são construídos com sujeito agente, verbo na voz ativa (os verbos empregados são “assassinar” e “matar”) e com a posição de objeto direto preenchida. O sujeito é “homem” ou “idoso” e o objeto direto é “esposa” ou “ex-namorada”. A presença da voz ativa nas estruturas dos títulos permite aos leitores saber quem possivelmente cometeu o crime de feminicídio. Isto é, esses três títulos indicam de maneira mais explícita o papel do homem no crime.

O segundo subconjunto de títulos compõe-se das notícias: 4, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 15 e 19. sua estrutura sintática compõe-se de sujeito paciente, verbo na voz passiva (verbo “matar”) e posição de agente da passiva não preenchida. O sujeito paciente é principalmente “mulher” ou

“jovem”. Essa estrutura, em especial, por omitir o agente da passiva, tem como efeito o apagamento do papel do homem no crime.

O título da notícia 2 “Mulher é morta e marido morre atropelado por caminhão na Grande Florianópolis”, além de conter a estrutura com sujeito paciente (“mulher”) e verbo na voz passiva (“matar”) sem o agente da passiva, apresenta outra característica – constitui-se com uma oração coordenada aditiva, em que cada uma notícia um fato diferente. O leitor que se limite à leitura do título pode compreender que as duas mortes não têm relação, como se as duas mortes fossem tragédias. Além disso, mais uma vez, observa-se o apagamento da culpa do homem pelo crime, o que só é dito no *lead* - “[...]Conforme a Polícia Militar, a suspeita é que o marido de 30 anos tenha a asfixiado e depois cometido suicídio, atropelado por um caminhão”.

O terceiro subconjunto, das notícias 17, 18 e 20, engloba títulos que apresentam estrutura semelhante ao do segundo subconjunto – sujeito paciente, verbo na voz passiva (verbo “prender”) e posição de agente da passiva não preenchida. O sujeito paciente é “homem” ou “suspeito”. Mas apresentam um período composto por subordinação – uso de uma oração subordinada adverbial temporal, que indica o fato depois do qual o homem foi preso, qual seja, o corpo de uma mulher ser encontrado. Nota-se, por meio do uso dessa estruturação, uma indicação não apenas de relação temporal entre os fatos, mas também uma possível relação de causa e consequência. Dessa forma, há uma indicação mais explícita do homem como envolvido no crime, além da ênfase na sua prisão e não na morte da mulher.

Sendo assim, parte significativa dos títulos acaba por apagar a culpa do homem, e, em muitos casos, parece que foram acidentes e não crimes (ou, ainda, que são crimes que ocorrem por si só, sem terem um agente), o que é no mínimo complicado, visto que há leitores que leem somente o título. Somente em seis (3, 11, 12, 17, 18 e 20) notícias é possível saber a partir do título de quem a polícia suspeita que cometeu os crimes.

A notícia 1, como um caso bem diferente do *corpus*, não deixa claro que houve um crime, apenas diz que o “marido perdeu a cabeça”, o que deixa em aberto várias possibilidades sobre o que aconteceu. O título da notícia 1 pode ser aproximado dos títulos 4, 5 e 15, pois apresentam uma característica em comum – uma indicação de culpabilização das vítimas, uma vez que acarretam subentendidos. No título: “Mulher desiludida faz greve de sexo e marido perde a cabeça” (notícia 1), a utilização do adjetivo “desiludida” pode ser recebido, a depender da FD do sujeito leitor, de frustrada ou mal-amada, criando, assim, uma visão negativa da mulher e influenciando no julgamento do leitor. O título segue com “faz greve de sexo e marido perde a cabeça”, dando a entender para o leitor que o marido foi vítima da mulher e apenas

perdeu a cabeça em decorrência da atitude dela de não o satisfazer, o que pode estar sinalizando para a culpabilização da vítima. Aqui o discurso proveniente de uma FD machista reforça que a mulher deve estar sempre disponível às necessidades sexuais do marido ou companheiro. Nos títulos “Jovem morre estrangulada após término de relacionamento em Ramos” (notícia 4) e “Mulher é morta asfixiada após olhar celular do namorado, diz delegado na PB” (notícia 5), o uso da conjunção “após”, indica uma relação temporal, porém, nesta construção aparece como relação de causa e consequência, tal como Garcia (2001) afirma que pode ocorrer. No título “Mulher nega pedido de namoro e é morta a golpes de estilete por homem na Bahia” (notícia 15), há um período composto por coordenação com a conjunção aditiva “e”; devido à polissemia das orações aditivas, pode haver também o pressuposto de uma relação de causa e consequência.

Nesses três títulos, indica-se de modo mais sutil a culpa das vítimas: elas foram mortas por terminar um relacionamento, por não aceitar um pedido de namoro ou por olhar o celular do namorado. As situações mostram que mulheres não devem se opor à vontade dos seus parceiros, porque acabarão mortas. O que pode indicar, novamente, uma FD machista que justifica os assassinatos.

Assim, se na maioria dos títulos das notícias não há culpabilização das vítimas, por outro lado, os crimes raramente são relacionados aos homens, parecendo ser fatos que ocorrem por si mesmos. Apenas no *lead* ou corpo da notícia, é que o homem é apontado como tendo papel no crime.

O segundo momento da análise abordou o problema do sensacionalismo nas notícias. Em primeiro lugar, foram analisados os títulos. Consideramos doze notícias (1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15 e 16) com sensacionalismo – isto significa que nelas há uma espetacularização do fato, muitas vezes por incluírem informações desnecessárias para o título. Por exemplo, na notícia: “Suspeito de matar namorada com 25 facadas em Sorocaba continua foragido dois meses após o crime”, o sensacionalismo está presente pela informação de que foram vinte e cinco facadas. A informação não é necessária para leitor ou para a estrutura da frase, todavia foi colocada estrategicamente com o objetivo de tornar a notícia de feminicídio escandalosa, um diferencial que a torna chamativa para quem lê pela brutalidade do crime.

O sensacionalismo não ocorre somente nos títulos das notícias, mas no corpo destas notícias também. Um exemplo é observado na notícia 1, já citada pelo sensacionalismo no título. Na notícia, o autor descreve que “O marido passou a gastar todo o dinheiro com bebida e mulheres. Para se vingar, a mulher resolveu fazer greve de sexo e acabou pagando com a própria vida”. Há uma certa espetacularização do caso em razão de a ideia de que a “greve de

sexo” foi uma vingança causada pelo comportamento do homem. Nota-se aqui o discurso conservador segundo o qual as mulheres usam o sexo como arma ora para conquistar ou agradar os homens, ora para se vingar deles.

No terceiro momento da análise, enfocamos a presença do termo feminicídio nas notícias. Das vinte notícias, apenas uma emprega a palavra “feminicídio” no título (a notícia 9). Observamos também que ainda há pouca ocorrência do uso do termo feminicídio no corpo da notícia mesmo em notícias mais atuais. Em apenas nove notícias (4, 5, 8, 9, 11, 16, 17, 18 e 20) há o uso da referida palavra, o que pode indicar que a preferência pela palavra “homicídio” faz parte de uma FD machista que nega a palavra feminicídio, sendo uma tentativa de deslegitimar o crime. Enquanto que o termo “feminicídio” indicaria uma FD igualitária. Na notícia 4, por exemplo, afirma-se que o assassino “foi preso em flagrante pelo crime de feminicídio”, mas é o único momento em que aparece o termo. Já na notícia 11 o termo é usado para informar que esse foi “o terceiro caso de feminicídio registrado nos últimos quatro dias em Mato Grosso do Sul”. Já a notícia 5 em que é afirmado que “O caso está sendo tratado como feminicídio”, há diferencial: uma parte do corpo do texto é dedicada ao feminicídio, onde é dito que o delegado explicou que se tratava de um feminicídio, e é explicado o que caracteriza esse tipo de crime com uma citação da lei. A notícia é de junho de 2018, quando o termo já é popularmente conhecido.

A notícia 9, única notícia em que o termo feminicídio aparece no título, traz um destaque ao fato de terem ocorrido dois em menos de vinte e quatro horas. A autora explica o significado do termo feminicídio, e em seguida expõe dados do ISP (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro) que demonstram que “em 2017, 68 mulheres foram vítimas deste tipo de crime no Estado”. No entanto, a notícia acaba sendo sensacionalista por informar que uma das vítimas “foi morta a facadas na frente da filha de oito anos”, informação desnecessária para o público.

Um ponto que entrou em questão durante a análise do *corpus* foi sobre o tratamento dos possíveis assassinos como “suspeitos” em algumas notícias, mesmo quando havia testemunhas do crime. O que é justificado pela premissa jurídica de que todo mundo é inocente até que se prove o contrário e, caso o jornalista colocasse os suspeitos como assassinos nessas notícias que são imediatas a ocorrência do crime, ele estaria sendo irresponsável e negligente, visto que a notícia é assinada por ele e ele seria responsabilizado por quaisquer processos que pudessem surgir.

Considerações finais

A partir desta análise das vinte notícias que compõem o *corpus*, pudemos perceber aspectos importantes sobre a abordagem que a mídia vem fazendo sobre o feminicídio. Observamos que a maior parte das notícias aborda os crimes a partir de uma posição ideológica machista e conservadora.

Ao culpabilizar algumas vítimas pelos crimes brutais que sofreram, a mídia revela sua formação discursiva machista que acredita na inferiorização da mulher sobre o homem. Estamos falando de um país onde a mulher passou a ser constitucionalmente “igual” ao homem em 1988. Apesar de tardio, já são trinta e um anos que a mulher tem direito ao trabalho, a direitos trabalhistas, e a mulher ainda é vista como um ser inferior.

O sensacionalismo, apesar de considerado um mau jornalismo, ainda está muito presente. É importante perceber que muitas vezes essa espetacularização é cruel com o leitor que não precisava ter acesso a tantos detalhes sobre os crimes, principalmente quando esta ocorre no título ou em manchetes, pois este está totalmente desavisado que pode se deparar com uma notícia tão cruel. Entretanto, esse tipo de estratégia jornalística é ainda menos empático com as vítimas e com seus parentes.

O apagamento da culpa do homem pelos crimes (o qual muitas vezes não é citado no título da notícia) demonstra como a espetacularização faz uso da imagem da mulher de maneira negativa enquanto preocupa-se com a imagem do homem. Muitas vezes é escolhido expor a mulher, que é vítima, do que o homem, que é um assassino. Do mesmo modo, em alguns títulos, percebemos uma falta de clareza sobre ter sido um crime, também considerada uma espécie de eufemização para a culpa do homem, principalmente quando o assassino aparece como sujeito das orações.

A FD machista é revelada ainda mais nitidamente quando o autor das notícias prefere não utilizar o termo feminicídio. Observa-se que o jornalista não atua na legitimação do termo. Os que possuem uma formação discursiva machista acreditam que o “homicídio” dá conta de assassinato de homens e mulheres, porém não entendem que o feminicídio não é um simples assassinato de mulher, mas é um crime de ódio contra ela. Como já dito, percebe-se que o uso do termo feminicídio é próprio da FD igualitária, e homicídio próprio da FD machista.

Posto isto, a mídia deveria ser mais cuidadosa com os discursos que publica principalmente nos casos de feminicídios. Recomendamos que sejam criadas regras para noticiar crimes, principalmente desse tipo, é necessário maior respeito por essas vítimas.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995. v. 3000. 160. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=YODWbhZWBRIC&pg=PA11&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 14. out. 2019.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Brasília, DF, mar 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 27. set. 2019.

CAPETTI, Pedro; GRANDELLE, Renato. Em apenas três semanas, mais de cem feminicídios ou tentativas do crime são registrados no país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de jan. de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-apenas-tres-semanas-mais-de-cem-femicidios-ou-tentativas-do-crime-sao-registrados-no-pais-23390864>. Acesso em: 27 mar. 2019.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, v. 1, n. 17, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3154>. Acesso em: 05. jul. 2019.

Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, 2007. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 20. Jul. 2019

FILHO, Eduardo Lopes Martins. **Manual De Redação E Estilo de O Estado de S. Paulo**. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo. 1997.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 20. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. [1971]. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org). **Análise do Discurso:**

apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-32.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Revista Ciência & saúde coletiva**, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002903077&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 set. 2019.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. V. 2: 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 101-141.

NARZETTI, Claudiana. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 647-663, set./dez. 2018.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana. **Femicide: The Politics Of Woman Killing**. New York: Twayne; 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007>. Acesso em: 29 set. 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo em Perspectiva, v. 13 (4), p. 82-91, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=;S0102-88391999000400009. Acesso em: 29 set. 2019.

SOUZA, Sérgio A. F. **Conhecendo a análise de discurso**. Manaus: Valer, 2006.

Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. **Exame**, 27 de ago. de 2017.
Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>. Acesso em: 27 mar. 2019.